



DO GARIMPO AO TURISMO: O PODER DO ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CHAPADA DIAMANTINA–BAHIA (1980 – 2000)

FROM MINING TO TOURISM: THE POWER OF THE STATE AND THE PRODUCTION OF SPACE IN CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA (1980 – 2000)

DE LA MINERÍA AL TURISMO: EL PODER DEL ESTADO Y LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN LA CHAPADA DIAMANTINA – BAHÍA (1980 – 2000)

Juliana de Souza Rocha

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Doutoranda Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente
as.julianarocha@gmail.com

Marjorie C. Nolasco

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Professor Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente
mcn@uefs.br

RESUMO:

A produção do espaço turístico na sociedade capitalista ocorre em decorrência da ação de atividades econômicas que utilizam os atrativos dos lugares como produto - o turismo. Enquanto prática social, esta atividade, considera como atrativos as potencialidades dos lugares a exemplo das potencialidades naturais e histórico-culturais. Utilizou-se neste ensaio as referências conceituais sobre Estado e Políticas Públicas, a fim de compreender a atuação do Estado na criação do circuito turístico do diamante na Chapada Diamantina (Bahia). A metodologia utilizada foi pesquisa documental e bibliográfica, ao qual se verificou como resultado que o governo do Estado da Bahia, nos anos de 1980, enfrentou influência de ambientalistas no combate a degradação ambiental decorrentes do garimpo de dragas. Estratégias e políticas de Estado são criadas para o desenvolvimento da região, pelo viés do turismo. Com a Unidade de Conservação - Parque Nacional a Chapada Diamantina - se proíbe a extração de diamantes, admitindo o uso do espaço para o turismo. As funções do espaço, nessa nova ordem são socioeconômicas e territoriais. O Estado assume relevância fundamental para novos arranjos na Chapada Diamantina. Conclui-se que houve uma ruptura da atividade econômica desenvolvida com a exploração de lavras de diamantes, para o surgimento do turismo. Há uma nova dinâmica na produção do espaço geográfico ao longo das ultimas décadas do século XX na região.



Palavras-Chave: Estado, Políticas Públicas, Garimpo, Turismo.

ABSTRACT:

The production of tourist space in capitalist society occurs as a result of economic activities that use the attractions of places as products – tourism. As a social practice, this activity considers the potentialities of places as attractions, such as natural and historical-cultural potentials. This essay uses conceptual references on the State and Public Policies in order to understand the role of the State in the creation of the diamond tourist circuit in Chapada Diamantina (Bahia). The methodology employed was documentary and bibliographic research, which showed that, in the 1980s, the government of the State of Bahia faced the influence of environmentalists in combating environmental degradation caused by dredge mining. State strategies and policies were created for the region's development, focusing on tourism. With the creation of the Conservation Unit – Chapada Diamantina National Park – diamond extraction was prohibited, while the use of the space for tourism was allowed. The functions of space in this new order are socio-economic and territorial. The State assumes a fundamental role in new arrangements in Chapada Diamantina. It is concluded that there was a shift from the economic activity of diamond mining to the emergence of tourism. A new dynamic in the production of geographic space developed in the final decades of the 20th century in the region.

Keywords: State, Public Policies, Mining, Tourism.

RESUMEN

La producción del espacio turístico en la sociedad capitalista ocurre como resultado de actividades económicas que utilizan los atractivos de los lugares como producto: el turismo. Como práctica social, esta actividad considera como atractivos las potencialidades de los lugares, incluyendo sus características naturales e histórico-culturales. En este ensayo, se utilizaron referencias conceptuales sobre el Estado y las Políticas Públicas con el objetivo de comprender el papel del Estado en la creación del circuito turístico del diamante en la Chapada Diamantina (Bahía). La metodología empleada consistió en investigación documental y bibliográfica, a partir de la cual se verificó que, en la década de 1980, el gobierno del Estado de Bahía enfrentó la influencia de ambientalistas en la lucha contra la degradación ambiental provocada por la minería con dragas. Como respuesta, se implementaron estrategias y políticas estatales orientadas al desarrollo de la región a través del turismo. Con la creación de la Unidad de Conservación – Parque Nacional Chapada Diamantina – se prohibió la extracción de diamantes, permitiendo el uso del espacio para la actividad turística. En este nuevo orden, las funciones del espacio adquieren dimensiones socioeconómicas y territoriales. El Estado desempeña un papel fundamental en la reconfiguración de la Chapada Diamantina. Se concluye que hubo una ruptura con la actividad económica basada en la explotación de yacimientos de diamantes, dando lugar al turismo. A lo largo de las últimas décadas del siglo XX, se estableció una nueva dinámica en la producción del espacio geográfico en la región.

Palabras clave: Estado, Políticas Públicas, Minería, Turismo.



Introdução

Na sociedade capitalista se (re) produz atividades caracterizadas pelas relações de trabalho e acúmulo de capital, consequentemente, permeada pelas disparidades socioeconômicas e de vulnerabilidades. A natureza cada vez mais se torna objeto de consumo e produção da sociedade contemporânea diante das atividades econômicas. Esta tendência se fez importante para compreender o papel do Estado, na articulação de estratégias de promoção econômica nos espaços de reprodução da vida social.

Nesta região interiorana da Bahia, o garimpo predominou desde o surgimento das primeiras vilas e cidades com exploração de pedras preciosas, com os diamantes ora atividade econômica iniciada no século XVIII ao século XX. Com o tempo provocou impactos na paisagem e transformou a dinâmica espacial. Os municípios de Andaraí (13.080 habitantes), Lençóis (10.774 habitantes), Mucugê (12.137 habitantes) e Palmeiras (10.339 habitantes), considerados pioneiros na exploração diamantina.

O espaço produzido em função das transformações da sociedade capitalista, permeado de desigualdades e contradições, consequentemente resultam em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre as atividades humanas que utilizam o espaço para sua produção está o turismo, que se apropria deste e o consome para satisfazer as necessidades de lazer. Esta estratégia permeou a criação de Unidades de Conservação na Chapada Diamantina – BAHIA, nas décadas finais do século XX, com a prática do ecoturismo acompanhando esse processo. Desta maneira, cada vez mais se intensifica a prática do turismo em áreas de proteção ambiental, em que a organização das ações prevê a preservação da natureza.

Nesse contexto, como a ação do Estado e dos programas de desenvolvimento regional, impulsionaram a transição da dinâmica socioeconômica na Chapada Diamantina, do garimpo ao turismo, no final do século passado? Esse ensaio apresenta os principais elementos de transformação da vida social, cultural e econômica, objetivando realizar uma retrospectiva das principais intervenções do Estado na região. A perspectiva a ser investigada sugere que o Estado, por meio de ação interventiva, canalizou programas governamentais e a produção do espaço urbano, com a



implantação de uma nova dinâmica regional, perante a transição da atividade mineradora à atividade turística.

Este estudo se baseia em revisão teórica, bibliográfica e documental, em caráter descritivo, para análise do contexto socioeconômico da Chapada Diamantina, no final do século XX. Apresenta-se a conjuntura da época e uma nova dinâmica regional, derivado de um processo de estagnação econômica. Nota-se que a dinâmica mundial ambientalista se replicou na Chapada Diamantina e em meio a um novo impulso econômico do garimpo dos anos 1980, causou forte impacto ambiental. Bem como, surgiu o início do turismo dos anos 1990 e ao longo dessas décadas, o Estado foi imperativo, moldando uma cadeia produtiva, de reprodução no território com novas atividades econômicas, que se farão presentes na história da Chapada Diamantina.

O Estado e o governo representativo

A formação do Estado na sociedade moderna surge quando um grupo de indivíduos se organiza politicamente, com os mesmos objetivos historicamente construídos e localizados para gestão de um dado território. Em concordância nas ciências sociais, a definição da organização espacial de um povo em um território, com um governo próprio para se configurar em Estado, é apresentado por Azambuja (1999 p. 10), ao considerar que a sociedade só sobrevive pela organização. Permeado de relações de poder, organiza-se em agrupamentos e por meio de um governo comum, consolida o Estado moderno como o conhecemos.

Nas várias definições de Estado, na teoria marxista, a concepção na sociedade capitalista é definida como aparelho repressivo da burguesia e segue os interesses de uma classe dominante. Essa análise sociológica preconiza o Estado, enquanto elemento endógeno e emerge das relações de produção; a sociedade é quem molda o Estado, sendo expressão política da classe dominante, conquistando o poder político, econômico, social e repressivo (CARNOY, 1990). Ainda nessa linha, a definição de Gramsc, apresentada por Harvey (2005) considera o Estado como junção da sociedade civil e sociedade política; com o desenvolvimento da sociedade civil a supremacia da classe burguesa dependerá da sua capacidade de dirigir intelectual e moralmente a



sociedade; e do controle dos mecanismos coercitivos. David Harvey (2005) exerce uma importante contribuição à ciência ao analisar na teoria do Estado, a descrição de que “atualmente há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados direta ou indiretamente por políticas do Estado”. No entanto, sintetiza o conceito e papel do Estado ao justificar a partir dos escritos de Engels (1941) que diante dos antagonismos e para que não se destruam as classes com interesses econômicos conflitantes na sociedade; um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (HARVEY, 2005). Em síntese, o Estado se legitima a partir das leis, do poder de tributação e o poder de coação, que podem ser transformados pela luta política, em instrumentos para dominação. É, portanto, delimitador de ações em um dado território.

Esse poder coercitivo é descrito nos estudos de Durkheim e Weber apresentado em Quintaneiro (1995). Enquanto o primeiro apresenta o poder em que a instituição Estado, assume o papel de acionar os mecanismos coercitivos da sociedade, mantendo-se de forma harmônica como um organismo. O segundo aponta a concepção de Estado necessária na organização da sociedade, representada pelo poder viável conforme determinada pela estrutura social. Em uma sociedade que existe o conflito de classes, há necessidade de um aparelho coercitivo de controle - o Estado - que irá moderar conflitos (CARNOY, 1990). Diante do exposto, o Estado deve ser visto, como a expressão política das relações entre classes sociais (MOURA 1990 p. 24). Mesmo enquanto governo representativo, uma sociedade comunga interesses que para uns configura-se enquanto classe dominante, e para outros é a representação institucional que rege e organiza a sociedade.

O Estado e as Políticas Públicas

O estudo das Políticas Públicas se relaciona à compreensão das funções do Estado e das demandas da sociedade civil. Conforme SOUZA (2007 p. 69) a teoria geral da Política Pública implica a busca por sintetizar teorias construídas no campo da



sociologia, da ciência política e da economia – uma inter-relação entre Estado, política economia e sociedade. Ainda segundo a autora, a Política Pública é uma área do conhecimento que nasce nos Estados Unidos rompendo com o foco de análise sobre o papel do Estado e suas instituições para análise da produção e ação dos governos. Nesse sentido há os que seguem a tendência do papel do Estado (política de Estado) e por outro lado os que seguem a análise a partir das ações desse mesmo Estado (política de Governo).

Historicamente, tais estudos iniciam ainda nos anos 1930, com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell (em 1936 – introduz a expressão *policy analysis* - “análise de política pública”); H Simon (em 1957 introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos – *policy maker*; C. Lindblon (1957, 1979 ao formular análises a partir das relações de poder e a integração entre diferentes fases do processo decisório) e D. Easton (1965, contribuiu para definir política pública como sistema, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente), “segundo ele, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia, dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2007 p. 68).

Embora não exista uma única definição, o papel da Política Pública na solução de problemas, condicionantes para o exercício da cidadania, por considerar as leis e políticas dela decorrentes são um veículo para o acesso aos direitos na sociedade. “As políticas públicas tem sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem na sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público e atuação numa determinada área” (CRUZ, 2002 p. 139). Uma linha de ação coletiva concretizada por direitos, garantidos em lei, distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em respostas as demandas da sociedade.

As Políticas Públicas são um conjunto de objetivos e propostas teóricas e práticas formuladas por instituições do Estado, e pela sociedade civil, essencialmente ligada ao conceito de cidadania, de consciência de direitos, deveres e exercício da democracia, estabelecidos nas Leis que regem a sociedade (CRUZ, 2002). Assim sendo, as Políticas Públicas depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos,



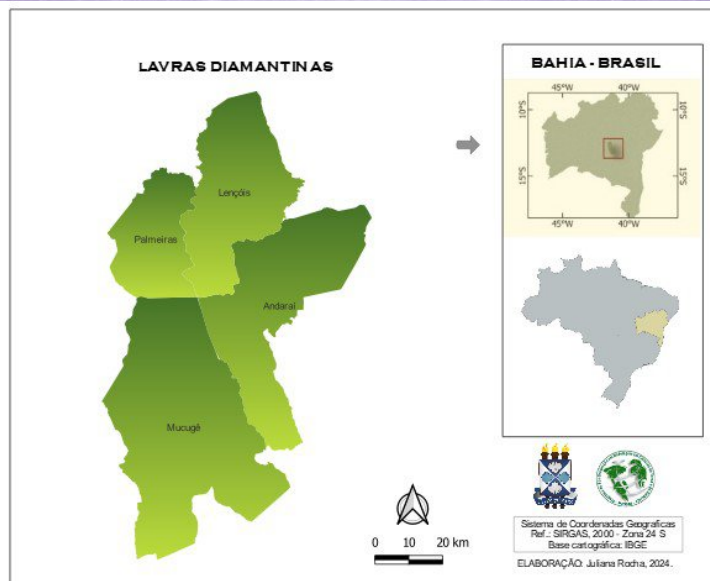
programas e projetos, bases de dados ou sistema de informação nas definições de Souza (2007).

Historicamente, na área de estudos de políticas públicas no Brasil, a transição do autoritarismo para a democracia ocorre entre os anos de 1970 e a primeira metade os anos 1980; na década seguinte as reformas econômicas deram um norte a possibilidades de mudanças legitimadas na Constituição de 1988 (HOCHMAN, 2007). Identifica-se nesse sentido que os movimentos sociais, a reforma política, o processo de redemocratização foram o norte e base para que se estruturassem as políticas públicas recentes no Brasil.

O dinamismo econômico na Chapada Diamantina.

As condições de vida e trabalho, provenientes da extração e do comércio de pedras preciosas são semelhantes na formação das cidades lavristas, da sociedade baiana do século XIX. Os garimpeiros de diamantes marcaram a história dos povos da Chapada Diamantina, sendo este grupo social, impulsionador das aglomerações e fundação de cidades. Explica Brito (2005), que a criação de diversos povoados das Lavras Diamantinas, como Vila Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê (1847), Andaray, atual Andaraí (1884), Lençóis (1856) e Vila Bella das Palmeiras (1890) conformariam “o celeiro mineral das Lavras Diamantinas” (Figura 1)

Figura 1: Área de estudo, quarteto diamantino da Bahia.



A corrente migratória, do garimpo, ocorrido na Chapada Diamantina nos séculos XIX e XX, se fez para o trabalho em duas maneiras: o método da extração artesanal (instrumentos rústicos de trabalho manual, nas serras) e o mecanizado (máquinas e trabalho por linha de produção, nos areais das bacias sedimentares). O exemplo na Chapada Diamantina, à sociedade se adaptou e dinamizou as condições sociais que lhes foram apresentadas, com novas maneiras e formas de conduta humanas, frente à relação capital e trabalho.

Do século XIX até os anos de 1980 (século XX) existia apenas o garimpo artesanal, realizado nos grotões das serras. O garimpo se destacou como causador da excessiva alteração nos aluviões da Chapada com a exaustão das jazidas das serras e vales; o minerador lançou mão de equipamentos pesados para explorar os sedimentos aluvionares das bacias hidrográficas (NOLASCO, 2010). Este último iniciado no final da década de 1970 se estende até meados da década de 1990.

Depois, com o esgotamento das reservas de diamante, ele [o garimpeiro] se viu “forçado” a trabalhar para as dragas, executando tarefas parceladas, e, aos poucos, deixou o conhecimento tradicional herdado, de dominação de todo o processo de trabalho (BARROZO, 2007 p. 78)

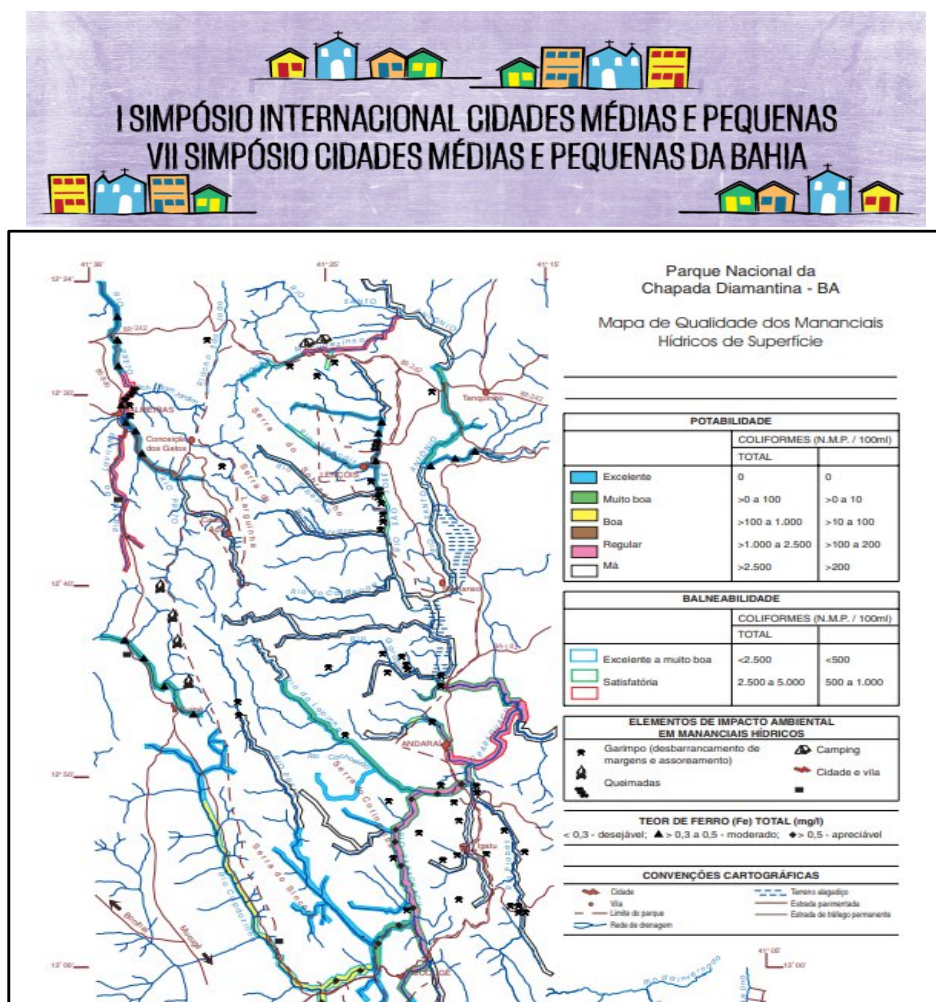
Assim, as máquinas que se localizavam nos leitos dos rios, formaram grandes crateras nos aluviões, descaracterizavam o tipo de garimpo tradicional da região, que



passou a vivenciar novas formas de trabalho. Guanaes (2006 p. 16) aponta que houve um movimento denominado, por “novos garimpeiros”. Como consequência do processo de acumulação, há desequilíbrios ambientais, em proporções intensificadas na contemporaneidade. Por isso, a aceleração competitiva capitalista, garantiu a transformação do ambiente em mercadoria, calçado no ideal do meio transformado em bem econômico (CAMARGO, 2005 p. 28).

Contextualizando a Chapada Diamantina nas últimas décadas - de acordo com Brito (2005) - a atividade de garimpagem se caracteriza pela extração de minérios por uso de máquinas, diferente do garimpo artesanal de outrora. O garimpo torna-se mecanizado nos leitos dos rios com uso de máquinas (dragas), barragens e desvios, altamente degradantes para o ambiente. Os principais impactos segundo Camargo (2005) foram às crateras provocadas pelas máquinas de sucção (dragas); o curso do rio desviado tornando-se mais raso com assoreamento; extinção e/ou formação de dunas. Outra ação impactante foi a extração das árvores presentes nas matas ciliares e de árvores frutíferas (mangabeiras, cajueiros, mangueiras). Esse uso desordenado dos recursos naturais impactou negativamente o ambiente, nas zonas de garimpagem (figura 2) e suas áreas limítrofes.

Figura 2: Referências de Áreas garimpeiras na Chapada Diamantina, 1993.



Fonte: CPRM, 1993.

Para que se inibissem os impactos ambientais negativos na região, ainda nos anos de 1980, se fez necessário criar estratégias governamentais frente à atividade garimpeira. Na época do auge do garimpo de dragas 1982, se tem início aos debates relacionados a criação de um “Parque Nacional na Serra do Sincorá”. O Decreto Federal n. 91.655 de 17/09/85 cria o Parque Nacional da Chapada Diamantina com 152.000 ha abrangendo a cidades de Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Ibicoara e Lençóis, porém as efetivações legais das propostas relacionadas ao Parque só vieram em 1996. O objetivo foi proporcionar a manutenção da biodiversidade da Chapada Diamantina, e criar infraestrutura adequada para absorver o turismo em todos os municípios englobados na área do Parque.

A luz de Santos (1992; 1994), na sociedade, configura-se a capacidade de agir das pessoas e instituições, e sua relação com o ambiente, apresentando como ponto central o uso dos sistemas técnicos e seu avanço, alterando os modos de organização da sociedade em variados momentos históricos. O Estado, como mediador e promotor do



planejamento público, estimulou condições (ações e estratégias) por meio de políticas públicas, para fomentar o seu papel em prol do bem comum da sociedade, e nesse caso também do meio ambiente.

A inspiração para a nomenclatura para novas denominações na região, como para o Território de Identidade da Chapada Diamantina (2007) e o Parque Nacional da Chapada Diamantina (1985), deriva-se dos aspectos ligados à formação geomorfológica do interior da Bahia. A associação de deu pelas áreas de planalto (chapadões, serras e montanhas) onde em seu subsolo houve grande exploração de jazidas de pedras preciosas como gemas de diamantes. com rebatimentos espaciais na territorialização política e institucional nos setores da meio ambiente, turismo e economia.

Dinâmica institucional na Chapada Diamantina, frente à questão ambiental

O confronto social e econômico na Chapada Diamantina se deu a partir da questão ambiental. O motivo foi o fechamento de garimpos para impedir os impactos negativos ao meio ambiente. No entanto, a população garimpeira seria impedida de exercer as suas atividades de garimpo, bem como a rede de abrangência para consolidação da extração de diamantes. Por pouco mais de uma década (1985 a 1996) esse foi o maior dilema e tema de conflito nas lavras diamantinas. Uma preocupação de vários grupos sociais e do Estado diante da estagnação econômica local.

O Estado, por sua vez, cria estratégias econômicas para o desenvolvimento de outra atividade que foi o turismo na região, com a criação do Plano de Governo “Caminhos da Bahia” em 1979. A nível federal surge o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (1989) e posteriormente institucionalização do ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2007) no monitoramento ambiental. A autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - enquanto órgão executivo responsável pela efetivação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - foi o IBAMA (instituída em 1981). Este órgão atuou na região e desenvolveu uma série de ações para a preservação e conservação do patrimônio natural, controle e fiscalização no uso dos recursos ambientais. Em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



(ICMBio), assume a gestão das unidades de conservação nacionais, dentre elas as licenças ambientais. O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) criado no ano de 1985 - por intermédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi o principal produto derivado da dinâmica institucional, frente à questão ambiental na Chapada Diamantina.

Esse cuidado foi popularizando a cargo de ambientalistas, algumas Ong's e associações, na tentativa comunitária de controle e cuidado das reservas ambientais. O Estado articulou-se para a fiscalização da Unidade de Conservação e utilizando dos meios de comunicação, como reportagens em mídia televisiva, jornais e revistas foram divulgando as estratégias, para inibir as contravenções ao meio ambiente. Várias outras UCs (unidades de conservação) foram criadas desde então e as leis ambientais tornaram-se mais efetivas. Naquele período, os encontros internacionais como a ECO92 no Brasil, reverberaram a “consciência ambiental” e termos como desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e mais recentemente os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) tornaram-se temas recorrentes na região.

Planejamento para o turismo na Chapada Diamantina (anos 1990 – 2000).

O turismo caracterizado por alguns estudiosos como uma atividade econômica é também estudada como uma prática social, diversificada nos lugares e capaz de dinamizar espaços, produzi-lo e transformá-lo. A produção do espaço turístico deriva-se da presença e distribuição territorial de elementos da paisagem, também chamados de atrativos turísticos. A matéria-prima do turismo está aliada aos empreendimentos e a infraestrutura criada por agentes produtores do espaço, quer seja empreendedor privado quer seja o Estado.

A relação turismo e ambiente dinamizou a produção de territórios na Chapada Diamantina, fruto do planejamento estatal. Para dar suporte à regionalização do turismo no Estado da Bahia é criado em 1991 o Prodetur-Ba (Programa de Desenvolvimento Turístico para a Bahia), cuja finalidade foi impulsionar o turismo através de infraestrutura, equipamentos e serviços, qualificação de recursos humanos e a promoção turística (BAHIA, 2005). O governo do Estado da Bahia criou em 2002, estratégias



para o desenvolvimento do turismo com perspectivas de zoneamento em áreas que entraram em decadência econômica, a exemplo da Chapada Diamantina (Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Nova Redenção, Itaetê, Ibicoara, Iraquara e Seabra) (BAHIA, 2005). Nesse contexto de descentralização do turismo do Estado, fora do eixo litorâneo, foi criado pela Secretaria de Turismo e Cultura da Bahia, o Programa Caminhos da Bahia classificando o Estado em 13 Zonas turísticas, a fim de divulgar e programar o turismo. Esta proposta contribuiu para a melhoria da infraestrutura de apoio turístico nas diversas regiões do Estado.

Com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR), vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) do Estado da Bahia, sua função principal foi o fornecimento de informações sobre áreas, equipamentos planejados, projetos em execução, parcerias com empresas locais, nacionais e internacionais, infraestrutura de serviços públicos, financiamentos e incentivos fiscais, para empreendimentos turísticos (BAHIA, 2005). Essas Zonas Turísticas tiveram como pré-requisito oferecer áreas de proteção ambiental, atrativos naturais e culturais e incentivos fiscais para apoiar novos empreendimentos – uma delas foi a Zona Turística Chapada Diamantina.

Assim, foram criadas algumas estratégias para o desenvolvimento da atividade turística nestas zonas, tais como estimular excelências dos serviços e produtos turísticos; contribuir e apoiar na sofisticação da oferta; propor alternativas de reduzir a sazonalidade; gerar mídia espontânea, com produções cinematográficas, seriados e documentários; facilitar o acesso às diversas zonas; criando bens e serviços diferenciados, estimular a realização de pesquisas e formação de especialistas na área; apoiar prospecção de novas áreas com potencial turístico, com estudos de viabilidade, integrando o Bahia QUALITUR (Programa de Certificação de Qualidade no Setor de Turismo do Estado da Bahia), a outros programas em nível municipal, federal e internacional.

Estrategicamente as zonas turísticas foram criadas a fim de dinamizar os roteiros turísticos do Estado, planejados estrategicamente para consolidar-se num prazo de 20 anos, com a implantação do Plano: Século XXI: Consolidação do turismo – Estratégia turística da Bahia (2003-2020). Nesse documento define o turismo como



atividade que entre os anos de 1991 e 2004, com o PRODETUR-BA, ampliou o número de turistas alcançando 4,9 milhões em 2004, sendo 664 mil visitantes internacionais, o que representa mais do dobro do fluxo de 1991.

Outros interesses se apresentam com financiamentos de agências multilaterais (Banco Mundial e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento). Em parceria com o governo brasileiro, os investimentos financeiros na Chapada Diamantina foram previstos para 20 anos (2002-2020), para incrementar o turismo no Estado (BAHIA, 1993). Tais investimentos na região deram ao setor turístico nova dinâmica, fazendo com que o Estado desenvolvesse paulatinamente incrementos para impulsionar o turismo.

Os primeiros investidores estavam associados ao desenvolvimento da infraestrutura, com a inauguração de pousadas, hotéis, a rodoviária, o aeroporto – prioritariamente em Lençóis. Incentivou-se ainda, nesse período, o surgimento de associações de guias da Chapada Diamantina em todos os municípios atendidos pelo parque. O PNCD (Parque Nacional da Chapada Diamantina) aliado ao ecoturismo. Para o desenvolvimento do produto turístico, o plano governamental seguiu critérios de qualidade, diversidade, maturidade, autenticidade, capacidade comercial, sustentabilidade de sua linha de produtos para dar continuidade ao crescimento, atualização e desenvolvimento de novos produtos.

Inicialmente, o turismo não agregou a população de garimpeiros excedente, alguns jovens trabalhavam esporadicamente como guias turísticos e outros serviços de baixa remuneração nas poucas pousadas da época. Em médio prazo criou-se estratégias como o devido controle ambiental na região, com atividades econômicas ambientalmente sustentáveis. Assim, foi elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada de 1993, desenvolvido pela sociedade civil e poder público. Neste documento a atividade vista à época que pudesse ser conciliada com os princípios da sustentabilidade era o turismo; e diante da degradação ambiental, previa algumas medidas a serem adotadas pelo poder público aos responsáveis pelo garimpo mecanizado.



- 1 - Serão implantados pelos garimpeiros vias (5m) que garantam o acesso ao longo do Rio São José e aos limites de cada lavra;
- 2 - Todos os novos limites das lavras serão cadastrados em planta, averbados no Registro de Imóveis e também cercados.
- 3 - Para cada lavra será elaborado um Plano de Manejo com prazo de validade da concessão de sua exploração, além do Plano de Recuperação Ambiental do garimpo na situação atual contendo a estimativa de contribuição mensal do garimpo, para o Fundo de Recuperação Ambiental (FRA) administrado pela operadora do parque. (BAHIA, 1993)

Nessa estratégia, o garimpo era consentido com algumas ressalvas, o órgão ambiental – como o IBAMA – responsável pelo controle nas áreas de extração, mesmo que fora do parque. Essas estratégias visavam um controle semestral das áreas de exploração, com manejo adequado como alternativa para promoção da sustentabilidade ambiental. No entanto, o garimpo mecanizado não efetivou a implantação do Plano, algumas cooperativas foram criadas como a COOGAN – Cooperativa dos Garimpeiros de Andaraí (2001).

Pela primeira vez na região, um grupo de garimpeiros se organizou para viabilizar a continuidade da pesquisa e lavra de diamantes; e nesse contexto, a minimização dos impactos da exploração garimpeira sobre o meio ambiente seriam os pontos fundamentais, porém esta organização civil foi extinta na região (LIMA, 2018). Destaca-se, portanto, que os promotores do espaço geográfico, dinamizam o espaço. Neste caso, na Chapada Diamantina o espaço de garimpagem transforma-se em rotas turísticas e seguiria as normativas legais e ambientais do poder estatal. O turismo a princípio chega para suplantiar o garimpo, mas na atualidade vê-se que a história do garimpo por vezes pode se tornar incremento turístico, aproveitado como atrativo.

Considerações Finais

Diante do apresentado, este artigo procurou levar em consideração os ensaios teóricos sobre Estado e nesse sentido Políticas Públicas, apresentando o contexto da Chapada Diamantina e a dinâmica estatal. Assim sendo, conclui-se que a atividade econômica desenvolvida na região com o garimpo, teve sua estagnação e o Estado através de políticas setoriais, identificou esta realidade para o enfrentamento da questão ambiental.



A de convir que a questão ambiental, veio na Chapada Diamantina, agregada da questão social. Cabe ressaltar que as Políticas Públicas requerem agenda, identificação de problemas e os diagnósticos, cujos processos desencadeadores afetam a população. Sem o enfrentamento e o monitoramento dessas etapas, o que poderia ser solução acaba proporcionando, em curto prazo, desequilíbrio entre o papel do Estado e as ações implementadas junto as comunidades locais.

Eis aqui uma realidade apresentada em que o turismo em um primeiro momento foi visto como solução para o problema da questão ambiental nas cidades da Chapada Diamantina. Portanto, o Estado executando a política de gestão e planejamento redistributivo naquele momento, dinamizou o território do garimpo transformando-o em território do ecoturismo.

Os problemas da sociedade das lavras vieram acompanhados de possíveis conflitos, mas as ações do Estado foram essenciais na tentativa de articular em maior proporção o bem comum, por meio do planejamento territorial. A exploração de diamantes e a atividade turística foram atividades historicamente absorvidas de transformações sociais e econômicas, que conduziram ao crescimento econômico consubstanciado para a região - atividades econômicas cíclicas de modo geral.

Espera-se que as questões fundamentais apresentadas, sirvam para compreensão da dinâmica estatal na região, reafirmando o poder do Estado na produção do espaço. Na dinamização e articulação das políticas públicas legitimadas para a população, a realidade social, a articulação de variados atores, a influência dos interesses individuais e coletivos se fundem. Enfim, questões importantes para compreensão da realidade atual do circuito turístico, na Chapada Diamantina derivada das relações territoriais do garimpo ao turismo.

Referências

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução a ciência política**. 7ª edição. Rio Janeiro: Globo, 1991.

BAHIA. Programa de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina. Circuito do Diamante. Salvador, 1993.



_____. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020.** Salvador: Secretaria de Turismo e Cultura, 2005.

BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela – garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai.** Cuiabá: EdUFMT; 2007

BRITO Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.** Salvador: EDUFBA, 2005.

CAMARGO, Luis Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente. Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2005.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas: São Paulo. Papirus, 1990.

CRUZ, Lilian Rodrigues. **(dê)s articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem.** Santa Cruz: EDUNISC, 2002.

GANAES, Senilde Alcântara. **“Meu quintal não é Parque” – populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA.** Tese de doutorado apresentado ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2 edição. São Paulo: Annablume, 2005.

HOCHMAN, Gilbert; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.) **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007

LIMA, Alisson. **Avaliação da recuperação ambiental em garimpo semi mecanizado de diamantes na Chapada Diamantina, Bahia.** Dissertação de Mestrado. PPGM – UEFS: Feira de Santana, 2018.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. **Terra do Mangue: invasões urbanas no Recife.** Recife: FUNDAJ. Ed. Massangana, 1990.

NOLASCO. M.C. (et al.) **Consequências da atividade garimpeira de diamante na Bacia do rio Coisa Boa, vila de Igatu - Andaraí – BA.** REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA. Volume 10 - Número 2 - 2º Semestre 2010.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, Maria L.O.; OLIVEIRA, Márcia G.M. **Um toque de Clássicos – Marx, Durkheim e Weber.** 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, M **Espaço e Método.** 3ª edição São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Natureza do Espaço: técnica e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994

SOUZA, Marcelo José. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e desenvolvimento local.** 2 ed.. São Paulo: Hucitec, 2000.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas.** In: Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007 p. 65-86

Orientação Jurídica Normativa Nº 17/2010/Pfe/Ibama .Fiscalização para a Proteção de Unidades de Conservação Federais. Disponível em www.gov.br. Acesso em 16 de julho de 2024.